

Licitação Compra - CIOP

De: Eduardo Zanette Sartori - Jethamed <licitacao03.jethamed@gmail.com>
Enviado em: segunda-feira, 18 de outubro de 2021 09:23
Para: licitacaocompra@ciop.sp.gov.br
Assunto: Reequilíbrio econômico item 93
Anexos: NF BASE.pdf; NF ATUAL.pdf; REALINHAMENTO DE PREÇOS - ITEM 93.pdf

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

Bom dia,

Segue pedido de reequilíbrio econômico-financeiro referente ao item ESPIRONOLACTONA 100MG CPR ganho pela empresa Jethamed Comércio de Produtos Hospitalares no pregão eletrônico nº 009/2021.

Fico a disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

Att,

Eduardo Felipe Zanette Sartori.

Licitação – Jethamed Comércio de Produtos Hospitalares.

Travessa Luiza Henriqueta, nº 450, Agua Branca, Francisco Beltrão.

CNPJ: 34.027.398/0001-71

Telefone: (46) 3524 9142



JETHAMED
PRODUTOS HOSPITALARES





JETHAMED
PRODUTOS HOSPITALARES

JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ sob o nº 34.027.398/0001-71

Rua Paula Freitas, 33, Nossa Senhora Aparecida, Cidade de Francisco Beltrão, Estado P

Contato: (46) 2601-1345 / (46) 2601-1394

licitacao03.jethamed@gmail.com

5265
af

PREGÃO Nº 009/2021.

ORGÃO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

CNPJ Nº 18.960.233/0001-00

PEDIDO DE REALINHAMENTO DE PREÇO

A empresa JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na Rua Paula Freitas, 33, Nossa Senhora Aparecida, Cidade de Francisco Beltrão, Estado Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 34.027.398/0001-71, neste ato representada por JERUSA APARECIDA PITT BASEGGIO, SÓCIO-GERENTE, RG: 9.273.377-7, CPF: 054.562.379-03, residente em Rua Paula Freitas, 33, Nossa Senhora Aparecida, Cidade de Francisco Beltrão, Estado Paraná DECLARA para os fins de direito, que foi ganhador no item citado abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR
93	ESPIRONOLACTONA 100MG CPR	HIPOLABOR	R\$ 0,59

Em compras realizadas junto ao fornecedor HIPOLABOR houve um reajuste considerável no período, fazendo com que ficasse inviável o fornecimento do mesmo. As compras realizadas no decorrer do certame foram feitas no valor de R\$0,445 conforme NFE 67494 encontrada no ANEXO I.

No entanto, ao comprar novamente o produto, o mesmo teve um reajuste de 23,5955056179775 % indo para o valor de custo de R\$0,55 conforme DANFE 50299 que pode ser vista no ANEXO II.

Para não prejudicar a municipalidade e garantir que o atendimento seja feito dentro do prazo e necessidade do órgão peço que este reajuste seja inserido também no valor do item junto ao município, como pode ser visto na tabela a seguir:

LOTE	VALOR ATUAL	REAJUSTE	VALOR ATUALIZADO
93	R\$ 0,59	23,59550562	R\$ 0,7292

O motivo do reajuste é externo ao que compete a empresa, porém para que possamos manter nosso atendimento é necessário que façamos desta forma. Neste diapasão, o artigo 65 em seu inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, prevê a possibilidade de realinhamento de preço objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro inicial do contrato.

Sem mais, aguardamos retorno e nos colocamos a disposição para demais esclarecimentos.

Francisco Beltrão/PR, segunda-feira, 18 de outubro de 2021

JERUSA APARECIDA PITT
BASEGGIO:05456237903
Assinado de forma digital por
JERUSA APARECIDA PITT
BASEGGIO:05456237903
Dados: 2021.10.18 08:18:07 -03'00'

JERUSA APARECIDA PITT BASEGGIO
SÓCIO-GERENTE
054.562.379-03

MEMORANDO INTERNO N ° 165/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio Econômico-Financeiro – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ARP nº 156/2021

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, em anexo, sobre o pedido de reequilíbrio Econômico-Financeiro do item **93 (ESPIRONOLACTONA 100 MG)**.

Por fim, considerando que os autos do Pregão Eletrônico nº 09/2021 encontram-se neste setor Jurídico, solicito, por gentileza, que se faça a juntada deste memorando e demais documentos que seguem em anexo, acusando-se o recebimento logo abaixo na data da efetiva entrega. O protocolo a ser retido, por ora, será o constante no caderno de anotações de entrega e recebimento.

Após, remeta-se a este Setor de Licitações, por gentileza.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 26 de outubro de 2021



Denise Sakiyo Ide

Chefe Substituta do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 26 / 10 / 2021

Setor Jurídico: _____





5308
af

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Memorando Interno 165/2021)

ORIGEM: JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 93 - ESPIRONOLACTONA 100 MG.

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao **item 93 - ESPIRONOLACTONA 100 MG**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sob a justificativa do reajuste de preço junto ao seu fornecedor, registrado na ata do **Pregão Eletrônico nº 09/2021** e juntou documentos notas fiscais.

2. Os documentos analisados são solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 93 - ESPIRONOLACTONA 100 MG de R\$ 0,59 para R\$ 0,7292, bem como os documentos notas fiscais.

3. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

4. Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentados, de forma a

orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

5. A solicitação analisada possui como fundamento a variação do preço do item no momento em que realizou nova aquisição do medicamento com o seu fornecedor, a diferença no período foi tamanha que é necessária a recomposição do valor pelo qual foi registrado para que se mantenha o equilíbrio pactuado.

6. Pontuamos que o Sistema de Registro de Preço consiste em um procedimento administrativo para a elaboração de uma ata resultante da seleção das propostas mais vantajosa. Esta somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, no caso de 06 (seis) meses**, não sendo o Poder Público obrigado a celebrar as contratações advindas dessa, apenas lhe garantindo a preferência ao beneficiário do registro.

7. A ata de registro de preço vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal do processo licitatório. O estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

8. Assim conforme o item 11.9.1 que segue *ipsis literis*:

11.9.1. Realinhamentos de Preços não serão admitidos em Atas de Registro de Preços.

9. É contrário aos Princípios da Eficiência e da Economia a Administração Pública realizar um procedimento administrativo, no qual há dispêndio de recursos públicos, para o registro do preço de um item e esta admitir a sua alteração toda vez que houver a alteração do preço no mercado. Ou seja, o certame perde a sua eficácia e a sua transparência. Razão pela qual está sendo sedimentado o entendimento da inaplicabilidade da teoria da imprevisão para o reajuste do preço registrado em ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

10. Ante previsão no edital a Administração fica proibida de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro enquanto vigente e ata.

11. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

XIV - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

14.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.2. A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência.

14.3. As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas e aplicadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio do pedido de empenho.

14.4. A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 14.5 a 14.8, nas hipóteses de mora ou inexecução do contrato.

14.5. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor

total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.6. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.7. A multa por atraso prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 14.1.

14.8. A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 14.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

14.9. O valor da multa serão pagos aos cofres do CIOP.

14.10. O prazo para pagamento de multa será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

14.10.1 O não pagamento da multa poderá implicar a cobrança judicial aos cofres do CIOP.

14.11. Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa e interposição de eventual recurso, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

14.12. As decisões e intimações serão publicadas no Diário Oficial do Estado no caso de empresa apurada não seja localizada por carta com aviso de recebimento ou e-mail, considerando-se a contagem de prazo para todos os efeitos no primeiro dia útil a partir da publicação.

14.13. As decisões sobre sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

14.14. Será considerado com endereço físico vigente da empresa Detentora da Ata aquele cadastrado no sítio eletrônico da Receita Federal.

14.15. A aplicação de eventual sanção será realizada pela Diretoria Executiva do CIOP, após relatório opinativo fundamentado da Chefia de Compras, Licitações e Contratos, responsável pela apuração.

14.16. Será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso em face da decisão proferida, que deverá ser endereçado ao Presidente do



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

CIOP, que proferirá sua decisão após parecer jurídico opinativo da Diretoria Jurídica do órgão.

12. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

13. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

14. Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.


CONCLUSÃO

15. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica **opina:**

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 03 de novembro de 2021.



Dr. SÉRGIO RICARDO STUANI
OAB/SP 202.487
Diretor Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 173/2021

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico - Financeiro de item – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP nº 156/2021

Encaminho o Parecer Jurídico às fls. 5.308/5.313, que opinou pelo indeferimento do pedido de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 93 – (ESPIRONOLACTONA 100 MG).

Presidente Prudente, 09 novembro de 2021



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

5330
ag

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de Reequilíbrio Econômico – Financeiro – Pregão Eletrônico nº 09/2021

Interessado: JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ARP nº 156/2021

Trata-se de solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, e alternativamente o seu cancelamento, do item registrado na Ata de Registro de Preços nº 156/2021, alegando, em síntese, o aumento de preço do item no período.

O Setor Jurídico às fls. 5.308/5.313, opinou pela manutenção do valor registrado em ata e pelo indeferimento do cancelamento do item **nº 93 – (ESPIRONOLACTONA 100 MG)**, por não ter sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, possuidora do CNPJ nº **34.027.398/0001-71**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 09 de novembro de 2021



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

5331
af

DESPACHO DA DIRETORA EXECUTIVA

Despacho da Diretora Executiva. Assunto: solicitação de reequilíbrio/cancelamento do item nº 93, ARP nº 156/2021, Pregão Eletrônico nº 09/2021. Interessada: **JETHAMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, possuidora do CNPJ nº 34.027.398/0001-71. Decisão: **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa, pedido de reequilíbrio-econômico e, alternativamente, cancelamento do item nº 93 – (ESPIRONOLACTONA 100 MG), conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvolo - Diretora Executiva do CIOP. Pres. Prudente, 09 de novembro de 2021.

